

EXTRATO DA ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2019.

Aos oito dias do mês de outubro de 2019, às 10h30min, na sala própria do Edifício do Ministério Público do Estado de São Paulo, situado na Rua Riachuelo nº 115, nesta Capital, foi realizada a sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, presentes o Procurador-Geral de Justiça, Doutor Gianpaolo Poggio Smanio, a Corregedora-Geral do Ministério Público, Doutora Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner, bem como os Conselheiros eleitos, nomeados na ordem decrescente de antiguidade, Doutores Walter Paulo Sabella, Ana Margarida Machado Junqueira Beneduce, Maria Cristina Pera João Moreira Viegas, Hamilton Alonso Júnior, Pedro de Jesus Juliotti, Maria da Glória Villaça Borin Gavião de Almeida, e Eduardo Roberto Alcântara Del-Campo, ausentes, justificadamente, José Roberto Rochel de Oliveira e Júlio Cesar Botelho, desenvolveram-se os trabalhos conforme registrado a seguir: **1 – CONFERÊNCIA DE QUORUM E INSTALAÇÃO DA REUNIÃO** – Presentes os Conselheiros em número suficiente à realização da sessão, instalou-se a reunião, sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça, Conselheiro Doutor Gianpaolo Poggio Smanio. **2 – LEITURA, VOTAÇÃO E ASSINATURA DA ATA** - Aprovada, sem ressalvas, a ata da 70ª Reunião Ordinária do Colegiado, ocorrida em 1º de outubro de 2019, dispensando-se sua leitura, posto que enviada a respectiva minuta, antecipadamente, a todos os Conselheiros. **3 – LEITURA DO EXPEDIENTE E COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE** – **3.1.** Ciência da missa de 7º dia para o Doutor José Cassio Soares Hungria, na Igreja Cruz Torta, nesta capital e do falecimento da Sra. Alzira Formice Gakiya, mãe do Dr. Lincoln Gakiya, 8º Promotor de Justiça de Presidente Prudente; **3.2.** Cumprimentos aos membros do Ministério Público recentemente aposentados: Drs. Angelo Patricio Stacchini, 40º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais, Ruymar de Lima Nucci, 21º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, Silvio Martins Barbatto, 6º Promotor de Justiça de Presidente Prudente e Maurício Azevedo Ferreira, 1º Promotor de Justiça de Ourinhos. **3.3.** O Procurador-Geral de Justiça, Conselheiro Gianpaolo Poggio Smanio, fez uso da palavra

para manifestar sua satisfação com a Reunião de Trabalho, ocorrida no dia 07 de outubro de 2019, no auditório Queiroz Filho, versando sobre a nova Lei de Abuso de Autoridade, e que contou com a participação não somente de membros do Ministério Público, como de integrantes das demais carreiras jurídicas. Ponderou, sua Excelência, sobre o diploma legal recém-editado, que contém tipos penais muito abertos e necessitará de uma exegese minuciosa para sua correta aplicação. Não obstante, manifestou confiança e instou os colegas a continuar seus trabalhos com a mesma dedicação e independência. **3.4.** Relatou, em seguida, sua atuação em viagem feita a Brasília para acompanhamento da Reforma da Previdência e de outras questões de interesse da Instituição, como ADINS em trâmite perante o STF, além da interposição de recursos em face de recentes decisões do Conselho Nacional do Ministério Público. O Conselheiro Hamilton Alonso Júnior pediu a palavra para manifestar preocupação em relação à Lei de Abuso de Autoridade, perguntando sobre o andamento de eventual ADIN aforada pela AMB e a respeito de eventuais medidas a serem tomadas pela CONAMP. Em resposta, O Procurador-Geral de Justiça informou que o Relator da ADIN proposta pela AMB é o Ministro Celso de Mello, mas o julgamento ainda não ocorreu. Em relação à CONAMP, ainda não foi aforada nenhuma medida, porém isso deverá ocorrer em breve. **4 – COMUNICAÇÕES DOS**

CONSELHEIROS: Cumprimentos individuais dos Conselheiros a todos os participantes da reunião, tanto presentes fisicamente, quanto aqueles que assistem pela *internet*, especialmente ao Procurador-Geral de Justiça pelo seu aniversário. A Conselheira Doutora Maria da Glória Villaça Borin Gavião de Almeida, cumprimentou a Procuradoria-Geral de Justiça pela oposição de Embargos de Declaração em face da recente decisão da Corregedoria Nacional do Ministério Público que determinou alterações no sistema de movimentação na carreira do Estado de São Paulo. A Conselheira, Doutora Maria Cristina Pera João Moreira Viegas agradeceu os votos de boas-vindas e manifestou preocupação com o caótico quadro causado pelo elevado número de aposentadorias, pedindo especial atenção da Procuradoria Geral de Justiça para o problema. O Procurador-Geral de Justiça mostrou-se atento ao problema esclarecendo acrescentou que vem acompanhando de perto o problema e tomando todas as

medidas necessárias para que não haja prejuízo ao serviço, pois o problema atingiu todo o Estado todo e os efeitos foram muito rápidos e inesperados. O Conselheiro Pedro de Jesus Juliotti aderiu à manifestação da Conselheira Maria Cristina Pera João Moreira Viegas, manifestando especial preocupação em relação à Procuradoria Criminal, até porque a maioria das aposentadorias são de Procuradores Criminais. Acrescentou que a esse problema somam-se as inconsistências do ESAJ, criando um quadro caótico e que reclama atenção imediata. Na sequência questionou a Procuradoria-Geral sobre a proposta orçamentária encaminhada pelo Senhor Governador do Estado à Assembleia Legislativa. Em resposta, o Procurador-Geral de Justiça esclareceu que a proposta do Governo é geral e engloba não apenas o Ministério Público, como também o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e outros órgãos. Como sempre ocorre, existirão cortes, mas o acréscimo deste ano, da ordem de 7% (sete por cento) foi o maior desde 2015. Está aquém do desejado, mas é suficiente para o enfrentamento da maior parte dos compromissos institucionais. De qualquer modo, será feito trabalho perante a Assembleia Legislativa no sentido de mostrar os problemas enfrentados pelo Ministério Público e a necessidade de novos investimentos. O Conselheiro Hamilton Alonso Júnior manifestou preocupação com uma notícia veiculada no dia 07 de outubro de 2019, pelo portal da UOL, sob o título “Falhas, omissão e jogo de empurra escondem presença de agrotóxicos na água”. Embora a reportagem fale de todo o território nacional, cita cidades do Estado de São Paulo e trata de questão com repercussão nas áreas da saúde pública, ambiental e do consumidor. Ressalvou o Conselheiro, a leitura da reportagem nos deixa inseguros com relação à qualidade da água consumida. Sabedor da preocupação que o Ministério Público tem em relação a esses temas, o Conselheiro Hamilton Alonso Júnior manifestou-se no sentido de que a questão seja levada ao Centro de Apoio do Meio Ambiente. Embora a reportagem afirme que o Ministério Público Federal vem atuando ante a gravidade dos fatos trazidos, seria conveniente uma atuação conjunta em todas as esferas e instar o Centro de Apoio do Meio Ambiente a trabalhar de modo conjunto com o Ministério Público Federal. **5 – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ORDEM DO DIA** – Seguiu-se a discussão e votação das demais matérias dela constantes consoante consignado adiante:

5.1. Transferência de Procuradoria: 48º Procurador de Justiça da

Procuradoria de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais, decorrente da aposentadoria do Doutor Eduardo Marcelo Mistrorigo de Freitas (Pt. 77.443/19 – Relatoria da Comissão de Movimentação na Carreira) tendo sido indicada a Dra. Martha de Toledo Machado, 141º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal. Votação unânime (Pt. 77.443/19 – Relatoria da Comissão de Movimentação na Carreira). **5.2.** Fixação de critérios: Procurador de Justiça. Foram definidos os critérios para o preenchimento de 9 (nove) cargos de Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal da seguinte forma: **Promoção por Antiguidade:** 35º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 118º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 92º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 128º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 144º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal. **Promoção por Merecimento:** 84º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 61º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 63º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal, 136º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Criminal. **5.3.** Pedido de indicação de representantes do Ministério Público para integrarem o Conselho Penitenciário do Estado para mandato de 04 anos (Pt. nº 10.372/1987 - Original – Relator Conselheiro Juliotti), tendo sido indicados os Doutores Paulo Juricic, Antonio Celso Pares Vita, Arthur Medeiros Neto e Maria Lucia Ribas, como Membros Titulares e os Doutores Rosa Aschenbrener Consales e Ana Lucia Menezes Vieira, como Membros Suplentes. **5.4.** Relatório final referente a pedido de afastamento autorizado por este Conselho Superior, apresentado pelo Doutor Marcelo Batlouni Mendroni, 59º Promotor de Justiça Criminal (Pt. 38.852/19 – Relator Conselheiro Rochel). **5.5.** Pedidos de residência fora da Comarca. Interessados: Doutores Laila Honais Pagliuso, 4ª Promotora de Justiça de Penápolis (Pt 76.206/19 – Relator Conselheiro Hamilton) e Danilo Roberto Mendes, 67º Promotor de Justiça Criminal (Pt 77.092/19 – Relatora Conselheira Ana Margarida). **5.6.** Solicitação de afastamento cautelar de membro do Ministério Público (Pt. 27568/19 – Relatora Conselheira Ana Margarida). **6 – CIÊNCIA DE PROTOCOLADOS:** O Colegiado tomou ciência dos seguintes protocolados: **6.1** Pt. 78671/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Arthur Medeiros Neto, 34º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados

de Segurança Criminais – Secretário Executivo, comunicando que, na reunião ordinária da referida Procuradoria, realizada no dia 24.09.19, o Procurador de Justiça Doutor Antonio Calil Filho foi eleito para exercer as funções de Vice-Secretário Executivo, para o mandato vigente, com término em 31 de dezembro de 2019. **6.2.** Pt. 78801/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Marco Antonio Zanellato, 8º Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos – Secretário Executivo, com cópia da ata da 156ª reunião ordinária e relatório das atividades da referida Procuradoria, mês de agosto de 2019. **6.3.** Pt. 79210/19 - Ofício encaminhado pelo Doutor Adriano Vanderlei Mellega, Promotor de Justiça de Igarapava, informando que o Termo de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 14.0283.0000014/2010-8 foi integralmente cumprido e o referido procedimento arquivado na Promotoria de Justiça de Igarapava. **6.4.** Pt. 79407/19 - Ofício encaminhado pelo Doutor Leandro Henrique Ferreira Leme, Promotor de Justiça integrante do GAEMA – Núcleo Cabeceiras, encaminhando cópia da justificativa de prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 019/2013. **6.5.** Pt. 79408/19 - Ofício encaminhado pelo Doutor Leandro Henrique Ferreira Leme, Promotor de Justiça integrante do GAEMA – Núcleo Cabeceiras, encaminhando cópia da justificativa de prorrogação de prazo do Inquérito Civil nº 038/2012. **6.6.** Pt. 79409/19 - Ofício encaminhado pelo Doutor Leandro Henrique Ferreira Leme, Promotor de Justiça integrante do GAEMA – Núcleo Cabeceiras, encaminhando cópia da justificativa de prorrogação de prazo do IC nº 11/2013. **6.7.** Pt. 79651/19 - Ofício encaminhado pelo Doutor Eduardo Hiroshi Shintani, Promotor de Justiça de Jales, informando que o Termo de Ajustamento de Conduta firmado no IC nº 14.0311.0000886/2017-8, foi devidamente cumprido. **6.8.** Pt. 79971/19 - Ofício encaminhado pelo Doutor Daniel Tadeu dos Santos Mano, 2º Promotor de Justiça de Martinópolis, comunicando o arquivamento do IC nº 14.0332.0000419/2019-0, tendo em vista o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta. **6.9.** Pt. 80078/19 – Ofício encaminhado pelo Doutor Fábio Ramazzini Bechara, 8º Promotor de Justiça do I Tribunal do Júri da Capital, apresentando relatório de atividades referente ao afastamento de 27/09 a 28/09/2019 em que ministrou conferência sobre o tema “Cooperação jurídica internacional e a diversidade entre sistemas jurídicos” em evento organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola. **6.10.** Pt. 80400/19 - Ofício

encaminhado pelo Doutor Gustavo Albano Dias da Silva, 8º Promotor de Justiça de Osasco, comunicando o arquivamento sem compromisso do IC nº 2737/2019. **7 – SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DE INQUÉRITOS CIVIS, PEÇAS DE INFORMAÇÃO E EXPEDIENTES CONEXOS** – Dando continuidade aos trabalhos, procedeu-se ao julgamento dos inquéritos civis, peças de informação e expedientes conexos pautados, sendo julgados 24 (vinte e quatro) deles pelo Pleno e 438 (quatrocentos e trinta e oito) pelas Turmas (201 pela 1ª Turma e 237 pela 2ª Turma), alcançando-se em tais julgamentos, num total de 462 (quatrocentos e sessenta e dois), os resultados especificados no aviso respectivo, que, publicado e arquivado em pasta própria, faz parte integrante desta. **8 – ENCERRAMENTO** – Cumprida a pauta, restou definido que a próxima reunião ordinária ocorrerá no dia 15 de outubro de 2019 (terça-feira), às 10h30. Nada mais havendo a relatar, eu, Eduardo Roberto Alcântara Del-Campo, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata, que é também integrada por um DVD contendo áudio e vídeo integral da Sessão, o qual recebeu o protocolo nº 0082223/19. Aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros do Conselho Superior do Ministério Público que dela participaram. **Observações:** 1-) A ata está sendo publicada por extrato, de conformidade com o que preceituam a Lei Orgânica Nacional (artigo 15, § 1º), a Lei Orgânica Estadual (artigo 35, § 3º) e o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público (artigo 14, inciso XII, item “1”; artigo 15, incisos II e XII, item “1”; e artigo 43, § 1º). 2-) A íntegra da ata será disponibilizada no *site* do Ministério Público, na área de acesso reservado aos seus membros.